

MEDIATOR – SOCIEDADE CORRETORA DE SEGUROS, S.A.**EXERCÍCIO DE 2016****Relatório de Gestão**

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação o presente relatório de gestão e as contas referentes ao exercício de 2016.

Considerações Gerais**Conjuntura Económica**

O desempenho da economia mundial ficou aquém das expectativas, situando-se nos 3,1%. O ano foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- Continuação da guerra na Síria e da instabilidade no Médio Oriente com as constantes acções do ISIS; a crise dos refugiados; os atos de terrorismo em vários países da Europa; a tensão entre a Rússia e Ucrânia; a tensão na Turquia; as tensões entre a China e os seus vizinhos; o Brexit; e já no final do ano, a eleição de Trump nos EUA.

Na Zona euro assistiu-se apesar de tudo a uma expansão moderada da actividade económica tendo-se registado um crescimento perto dos 1,8% impulsionado por um ligeiro aumento do investimento.

Economia Portuguesa

A economia continua frágil, tendo-se registado um crescimento de 1,4%, inferior ao do ano transato, mas ligeiramente acima das expectativas do próprio Governo e da Troika.

O consumo Privado aumentou 2,1%, já o Consumo Público registou apenas um crescimento de 1%.

No que respeita ao Défice Público, este desceu para 2,1% abaixo dos 2,5% exigidos por Bruxelas. Esta meta foi no entanto conseguida à custa de uma forte quebra do Investimento Público.

A Dívida Pública contínua com valores superiores a 130% do PIB.

O sector do Turismo é aquele que regista um ritmo de crescimento muito importante.

A inflação anual foi de 0,6%.

O desemprego tem vindo a baixar, tendo atingido 10,2% no final do ano.

Mercado Segurador

No decurso do ano de 2016, voltou a assistir-se a operações de concentração do mercado segurador. O Fundo americano Apollo, já detentor da Tranquilidade, adquiriu a Açoreana. Por sua vez, a AGEAS, detentora da Médis e da Ocidental, adquiriu a AXA que havia decidido sair do mercado português. Assim os 3 primeiros Grupos passaram a deter mais de 55% do Mercado Não Vida.

O volume global de prémios de seguro direto em Portugal caiu 14,4% em 2016. O Ramo Vida, que decresceu 23% foi o responsável por esta evolução negativa do sector. Na origem desta contração, continuam os seguros de Poupança e PPR's que espelham a reduzida taxa de poupança dos particulares, não alheia à persistência das baixas taxas de juro.

O Ramo Não Vida registou um crescimento de 4,9%, destacando-se o crescimento nos seguintes ramos:

- Acidentes de Trabalho: 13,5%
- Doença: 9,5%
- Automóvel: 3,5%

Actividade da Mediator

Actividade

Foram estabelecidas parcerias com pequenos agentes de seguros que trabalhavam diretamente com as seguradoras e que passarão a ser agentes da Mediator, permitindo-lhes ter acesso a um maior número de seguradoras.

As receitas do exercício mantiveram-se nos € 1.118.422,37.

Custos

A redução dos custos deveu-se essencialmente à redução dos gastos com pessoal e a uma mais eficiente gestão dos recursos.

Recursos Humanos

O número total de efetivos manteve-se em 14.

Resultados

O resultado líquido obtido foi de € 74.128,27, sendo a proposta de aplicação de:

- € 70.000,00, para distribuição de dividendos;
- € 3.990,00, para distribuição pelos colaboradores e,
- € 138,27, para serem levados à conta de resultados transitados.

Perspectivas

De forma a ganhar uma maior dimensão e quota de mercado, estão a ser estudadas parcerias com outros corretores do mercado no sentido de se estabelecerem parcerias ou eventuais consolidações que permitam obter economias de escala e beneficiar das especializações dos diversos operadores.

Por último, não queremos deixar de referir, com satisfação e reconhecimento, o elevado espírito de colaboração mais uma vez demonstrado por todos os nossos colaboradores e Seguradoras.

Uma palavra de igual agradecimento, vai para os Clientes que nos honraram com a sua preferência e para os nossos Revisores Oficiais de Contas.

Lisboa, 27 de Março de 2017

O Conselho de Administração

Pierre-Anthony VERSPIEREN



Maxence VERSPIEREN



Alfred HAUTTECOEUR



Dominique SIZES



Rita Barroso da FONSECA



Mediator - Sociedade Corretora de Seguros, S.A.

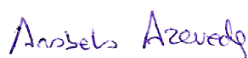
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-16	31-dez-15
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	3.2 e 8	22.370,37 €	50.810,46 €
Activos intangíveis	3.3 e 7	627,76 €	1.031,31 €
		22.998,13 €	51.841,77 €
Activos correntes			
Clientes	10	3.538,70 €	43.442,75 €
Estado e outros entes públicos	11	246,59 €	129,89 €
Outros créditos a receber	10	145.661,70 €	217.781,55 €
Diferimentos		7.300,59 €	6.539,95 €
Outros activos financeiros	5	58.275,86 €	98.210,30 €
Caixa e depósitos bancários	4	877.500,71 €	698.826,32 €
		1.092.524,15 €	1.064.930,76 €
Total do activo		1.115.522,28 €	1.116.772,53 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	100.000,00 €	100.000,00 €
Reservas Legais	13	49.879,79 €	49.879,79 €
Resultados transitados		670.498,46 €	669.741,42 €
Resultado líquido do período		74.128,27 €	68.757,04 €
Total do capital próprio		894.506,52 €	888.378,25 €
Passivo			
Passivo não corrente			
		- €	- €
Passivo corrente			
Fornecedores		7.370,44 €	7.929,76 €
Estado e outros entes públicos	11	50.314,62 €	60.580,46 €
Outras dívidas a pagar	15	163.330,70 €	159.884,06 €
		221.015,76 €	228.394,28 €
Total do passivo		221.015,76 €	228.394,28 €
Total do capital próprio e do passivo		1.115.522,28 €	1.116.772,53 €

Contabilista Certificado

(C.C. nº 12322)



A Administração



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2016

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Mediator – Sociedade Corretora de Seguros, S.A.

1.2 - Sede:

Av^a Fontes Pereira de Melo, Nº 17 – 1º - 1050-116 Lisboa

1.3 - NIPC:

500 938 326

1.4 - Natureza da actividade:

A Mediator Sociedade Corretora de Seguros, S.A., tem como actividade principal a mediação de seguros no âmbito dos ramos Vida e não Vida e a prestação e assistência ao longo do período de vigência do contrato aos nossos clientes espalhados por todo o país, os nossos serviços encontram-se centrados em Lisboa e em Vila do Conde.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É do entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

1.5 - Designação da empresa-mãe

A Empresa faz parte do grupo Verspieren sendo detida directamente em 80% pela empresa SARL Assurance Verspieren.

1.6 – Sede da empresa-mãe:

A sede da empresa-mãe do grupo Verspieren situa-se em 1 Avenue François Mitterrand, 59290 Wasquehal em França.

1.7- Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho, face ao previsto no nº1 do artigo 3º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas de contabilidade e de relato financeiro (NCRF) aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009 de 7 de Setembro.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado através das taxas máximas aplicáveis constantes no DR nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	8 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.3. Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

Activo fixo intangível	Vida útil estimada
Projectos de desenvolvimento	3 anos
Programas de computador	3 anos
Elementos de propriedade industrial	3 a 5 anos

3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre os primeiros 15 000,00 da matéria colectável, e 21% sobre o excedente. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama as tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido no momento cobrança dos recibos, ou no momento em que as comissões nos são creditadas.

3.7. Clientes e Outros Créditos a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade (ajustamentos) de dívidas de clientes encontram-se constituídas de acordo com o critério económico, ou seja, tomando em consideração o risco efectivo de cobrança.

3.8. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As contas de fornecedores e de outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

3.9. Dívidas a Pagar em Moedas Estrangeira

Os saldos expressos em moeda estrangeira estão actualizados aos câmbios oficiais em vigor à data do balanço.

3.10. Especialização dos exercícios

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, com excepção das comissões dos recibos cobrados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «outros créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «diferimentos».

3.11. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalhados da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Numerário (Caixa)	750,00	750,00
Depósitos à ordem	126.750,71	181.273,32
Depósitos a prazo	808.275,86	615.013,30
Total	935.776,57	797.036,62

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Mediator Sociedade Corretora de Seguros SA..

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não foram efectuadas alterações de estimativas, bem como não foram detectados erros que afectem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 – Relacionamentos com empresas-mãe:

A Empresa é detida em 80% pela SARL Assurance Verspieren.

6.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, ascenderam a 137.763,00 euros e 118.330,00 euros respectivamente.

6.3. Transacções partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2016	2015
Montantes das transacções		
Impar	51.315	35.814
Total	51.315	35.814

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2016		
	Programas de computador	Propriedade industrial	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	49.363	826.000	875.363
Aquisições	240	-	240
Saldo final	49.603	826.000	875.603
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	48.332	826.000	874.332
Amortizações do exercício	644	-	644
Saldo final	48.976	826.000	874.976
Activo líquido	627	0	627

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2016			
	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial	48.157	131.924	134.990	315.071
Aquisições	820	-	1.887	2.707
Abates				
Abates	2.400	33.900		36.300
Saldo final	46.577	98.024	136.877	281.478
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	44.754	89.443	130.063	264.260
Amortizações do exercício	1.044	11.856	3.163	16.063
Abates				
Abates	1.440	19.775		21.215
Saldo final	44.358	81.524	133.226	259.108
Activo líquido	2.219	16.500	3.651	22.370

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco ou dez anos para a Segurança Social, conforme regime transitório previsto na lei 17/2000 de 8 de Agosto), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2013 a 2016, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Os gastos com impostos sobre o rendimento, reconhecidos na Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, podem ser detalhados como se seguem:

GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos:	Imposto corrente do exercício	35.036	30.902
		35.036	30.902
Impostos diferidos:	Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	-	181
		-	-
Gasto com impostos sobre o rendimento		35.036	31.083

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE		2016	2015
Resultado líquido do exercício		74.128	68.757
Gasto (rendimento) com impostos s/rendimento - taxa de 22,5%		16.079	14.870
Gasto com impostos sobre o rendimento - tributação autónoma		9.560	12.103
Diferenças permanentes:	Reintegrações não aceites como custo	775	1.116
	Multas, Coimas Juros Comp. Encargos Infrac.	126	-
	Correcções relativas a exercícios anteriores	815	1.149
	Imposto sobre o Rendimento (corrente e diferido)	7.883	6.394
	Benefícios fiscais	-202	-202
		35.036	35.431
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores			-4.528
Gasto (rendimento) com imposto corrente		35.036	30.902
Gasto (rendimento) com imposto diferido			
	Amortizações não aceites fiscalmente		181
			181
Gasto (rendimento) com impostos sobre o rendimento		35.036	31.083

10. Clientes e Outros Créditos a Receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Empresa têm a seguinte composição:

	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Correntes:						
Clientes, conta corrente	3.538	-	3.538	43.443	-	43.443
Clientes, cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
Outras Créditos a Receber	145.662	-	145.662	217.782	-	217.782
Total	149.200	-	149.200	261.224	-	261.224

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, tal como no exercício findo em 2015, não foram reconhecidas quaisquer *perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade* em outros créditos a receber.

Em 2016 e em 2015 a rubrica Outros créditos a receber da Empresa apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Outros créditos a receber		
Companhias de Seguros	136.651	201.839
Outros saldos	9.011	15.943
Total	145.662	217.782

11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 2016 e em 2015 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Retenções na fonte	-	(1.527)	-	(3.688)
Pagamentos por conta	-	(15.953)	-	(1.885)
Estimativa de imposto	-	35.036	-	30.902
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	27	12.515	130	12.222
Imposto sobre o valor acrescentado	220	8.173	-	12.928
Contribuições para a Segurança Social	-	12.071	-	10.102
Total	247	50.315	130	60.581

12. Capital

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o capital da Empresa, era composto por 20.000 acções com o valor nominal de 5 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o capital subscrito é detido em 80% pela SARL Assurance Verspieren.

13. Reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva legal	Total outras reservas
Quantia em 31Dez2014	49.880	49.880
	-	-
Quantia em 31Dez2015	49.880	49.880

15. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de Outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Outras dívidas a pagar		
Remunerações a liquidar	86.031	84.622
Cientes (saldos credores)	31.976	29.666
Consultores/intermediários	26.694	27.022
Outros saldos	18.630	18.574
Total	163.331	159.884

16. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 2016 e em 2015 é detalhado conforme se segue:

Rubricas	2016	2015
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
Mercado Interno	1.118.422,37	1.174.831,87
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Subsídios à Exploração		
Aumentos Justo valor	47,33	226,36
Outros não especificados	984,32	13.338,23
JUROS		
Juros de depósitos bancários	5.260,97	9.813,82
TOTAL	1.124.714,99	1.198.210,28

17. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Fornecimentos e Serviços Externos		
Comissões	70.515	67.961
Rendas e Alugueres	33.086	32.289
Comunicação	20.473	22.467
Trabalhos Especializados	14.822	13.455
Energia e Fluídos	10.680	12.256
Honorários	113.836	140.454
Seguros	8.299	9.287
Limpeza, Higiene e Conforto	1.283	1.499
Conservação e Reparação	8.932	7.384
Deslocações, estadas e transportes	11.135	10.908
Despesas de Representação	4.663	2.918
Outros FSE	13.456	18.617
Total	311.179	339.495

18. Gastos com Pessoal

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Gastos com Pessoal		
Remunerações Órgãos Sociais	137.763	118.330
Remunerações Pessoal	365.580	394.244
Encargos sobre remunerações	113.601	119.183
Indemnizações	-	14.250
Seguros	33.493	30.722
Outros custos com pessoal	2.633	2.638
Total	653.070	679.367

A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" nos exercícios findos em 2016 e 2015 refere-se a remunerações da pessoa chave da gestão.

19. Amortizações e Depreciações do exercício

	2016	2015
Depreciações e amortizações exercício		
Activos Fixos Tangíveis (Nota 8)	16.062	22.161
Activos Fixos Intangíveis (Nota 7)	644	27.064
Total	16.706	49.225

20. Garantias e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa tinha uma garantia prestada a favor de Clientes no valor de **18.760,00 Euros**, conforme cumprimento no disposto na alínea d) do nº 1 do artº 19 do Decreto-Lei 144/2006 de 31 de Julho.

21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

22. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não é do conhecimento da MEDIATOR a existência de quaisquer passivos contingentes, ou de qualquer obrigação presente proveniente de acontecimentos passados relativo a matérias ambientais, pelo que não se encontram registadas quaisquer provisões de carácter ambiental, nem existem passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos no balanço.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

1.

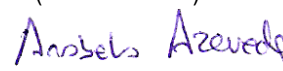
- a) À data de 31 de Dezembro de 2016 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- b) À data de 31 de Dezembro de 2016 a Mediator – Sociedade Corretora de Seguros, S.A. tinha ao serviço 14 trabalhadores.
- c) Nota explicativa da actividade da Empresa:
Conforme relatório de Gestão.
- d) A proposta de aplicação do resultado líquido de € 74.128,27, foi a seguinte:
 - € 70.000,00, para distribuição de dividendos;
 - € 3.990,00, para distribuição pelos colaboradores e,
 - € 138,27, para serem levados à conta de resultados transitados.

- 2. Os honorários dos Revisores Oficiais de Contas durante o ano de 2016 foram de € 5.943,48.

A Administração



Contabilista Certificado
(C.C. nº 12322)



ANO 2016

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

Prestação de serviços de mediação de seguros

1. Nos termos do nº 1 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de Dezembro, as declarações financeiras devem incluir a seguinte informação desagregada por cada uma das alíneas do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações:

Esta informação é divulgada pela Empresa nas notas 3.6 e 3.10 do Anexo.

b) Reconhecimento das Remunerações por Natureza e Tipo:

Por Natureza	2016	2015
Numerário/Cheque/Transferência	1.118.422	1.174.832

Por Tipo	2016	2015
Comissões de Seguros	929.523	963.044
Honorários	188.899	211.788

c) Remunerações relativas aos contratos de seguros desagregadas por Ramos e por Origem:

Por Ramos	2016	2015
Vida	59.692	44.799
Não Vida	809.996	865.474
Fundo de Pensões	0	0
Total	869.688	910.273

Por Origem	2016	2015
Empresas de Seguros	869.688	910.273
Honorários	188.899	211.788
Corretores	59.835	52.771
Total	1.118.422	1.174.832

d) Níveis de concentração:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, nenhuma entidade (companhia de seguros ou mediador) representou um montante igual ou superior a 25% dos proveitos totais recebidos pela Empresa.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósito à ordem relativos a fundos recebidos de clientes e a sua movimentação durante os exercícios findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo da conta "Clientes" no início do exercício	1.258.497	1.126.313
Movimento do ano (débito)	10.281.831	11.007.945
Movimento do ano (crédito)	(10.383.578)	(10.875.761)
Saldo da conta "Clientes" no final do exercício	1.156.750	1.258.497

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, na nota 10 do Anexo relativa a clientes e outras contas a receber e na Nota 15 relativa a outras contas a pagar.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as contas a receber e a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2016		2015	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as Empresas de Seguro para pagamento de prémios de seguro	136.651	37.306	201.893	40.539
Saldos a serem reembolsados pelas empresas de seguro				
Remunerações a liquidar a outros mediadores, respeitantes a prémios de seguros já cobrados	3.060	26.694	4.837	27.022
Outros valores de clientes:				
Honorários			40.358	
Outros valores	9.489	106.701	14.136	100.253
Total	149.200	170.701	261.224	167.814

h) Ageing e classificação dos valores a receber:

Não aplicável.

i) Descrição de obrigações contingentes

Conforme nota 20 do Anexo, a Empresa detêm uma garantia bancária no montante de 18.760 Euros a favor dos clientes para a cobertura dos créditos destes, face ao corretor, conforme estipulado pela alínea d) do nº 1 do artigo 19º e pelo nº 4 do artigo 42º do Decreto-Lei 144/2006 de 31 de Julho.

j) Aquisição de carteira de seguros

Não aplicável.

k) Cessação de contratos com empresas de seguros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Empresa não cessou qualquer contrato com seguradoras.

l) Obrigações materiais e passivas contingentes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não existiram obrigações materiais, nem existiram passivos contingentes conforme já descrito na nota 22 do Anexo.

2. Nos termos do nº 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R da ASF de Portugal, de 30 de Dezembro, a Empresa, enquanto corretora de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Empresa representem pelo menos 5% do valor total das remunerações auferidas:

Ramos / 2016

	Vida	Não Vida	Total	%
Fidelidade Seguros	131	121.429	121.560	13,98
XL Insurance		77.371	77.371	8,90
Mapfre		68.366	68.366	7,86
Açoreana	22	52.573	52.595	6,05
Zurich		49.099	49.099	5,65
Ocidental Seguros		48.696	48.696	5,60
AIG Europe		46.466	46.466	5,34
Metlife Europe	43.705		43.705	5,03

b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

A Mediator na qualidade de corretora de seguros tem poderes de cobrança junto de todas as empresas de seguros. No acto de recebimento dos prémios dos tomadores de seguros, entrega o correspondente recibo emitido pela seguradora.

Contabilista Certificado
(C.C. nº 12322)

Anabela Azevedo

O Conselho de Administração

F. B. Silva

Mediator - Sociedade Corretora de Seguros, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-16	31-dez-15
Vendas e serviços prestados	16	1.118.422,37 €	1.174.831,87 €
Fornecimentos e serviços externos	17	- 311.179,20 €	- 339.495,16 €
Gastos com o pessoal	18	- 653.069,80 €	- 679.367,24 €
Aumentos / redução de justo valor		47,33 €	226,36 €
Outros rendimentos	16	984,32 €	13.338,23 €
Outros gastos		- 34.589,06 €	- 30.250,27 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		120.615,96 €	139.283,79 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	- 16.706,17 €	- 49.224,31 €
Resultado operacionais (antes de gastos e financiamento e impostos)		103.909,79 €	90.059,48 €
Juros e rendimentos similares obtidos	16	5.260,97 €	9.813,82 €
Juros e gastos similares suportados		- 6,16 €	- 33,04 €
Resultados antes de impostos		109.164,60 €	99.840,26 €
Imposto sobre o rendimento do período	9	- 35.036,33 €	- 31.083,22 €
Resultado líquido do período		74.128,27 €	68.757,04 €

Contabilista Certificado
(C.C. nº 12322)

Anabela Azevedo

A Administração

Fei B. Luna



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MEDIATOR – Sociedade Corretora de Seguros, S.A.**, que compreendem o balanço em **31 de Dezembro de 2016** (que evidencia um total de 1.115.522 euros e um total de capital próprio de 894.507 euros, incluindo um resultado líquido de 74.128 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MEDIATOR – Sociedade Corretora de Seguros, S.A.** em **31 de Dezembro de 2016** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de Março de 2017



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)